

Vestem roupas comuns. Calças jeans, agasalhos de malha, camisas com etiqueta, tênis, óculos escuros, uns bonés incrementados. As mulheres gostam de muito pano e usam sempre saias. Amplas, rodadas. Aqui e ali, vestígios da "civilização": utensílios de plástico, talheres de alumínio, sabão em pó, tanque para lavar roupa, torneiras, um botijão de gás, uma velha poltrona. Mas que ninguém se engane: apesar das aparências e de sua aldeia ficar dentro da cidade, os índios guarani vivem em um mundo à parte.

Na verdade, não fossem os postes azuis e brancos da CMTC meio escondidos entre a vegetação ao longo da estrada de Parelheiros, que leva à aldeia, lembrando sempre que por ali passam ônibus urbanos, se pensaria estar em outro município. É um caminho bonito, aberto entre eucaliptos, pinheiros, ipês e quaresmeiras em flor. Passa-se por um lago com patos, por sítios bem cuidados, atravessa-se uma linha de trem, uns oito quilômetros de estrada de terra e então chega-se à aldeia de Barragem. Incrível, ainda à São Paulo! Lá embaixo estão as casas, umas 30, cobertas de sapé, as cercas de pau-a-pique. Impossível não lembrar dos livros de História do Brasil.

Mas aí, de cara, podem ser vistos os poços, os depósitos de água, chuveiros, torneiras. Rosa, uma índia jovem, lava roupa no tanque, com escovão e sabão de pedra. Está de saia e sutiã. As perguntas, ela responde com um sorriso doce, os olhos baixos, sem interromper a lavagem. Volta a conversar com a companheira, em guarani. (Entre eles, falam só o guarani.) Karai-mirim (Osório Veríssimo), seu pai, 84 anos, diz que ficou contente com a notícia sobre as terras. E mais não fala. "Vá falar com o cacique", aconselha.

José Fernandes Soares, o respeitado cacique Guirá-Popó, fica chateado em saber que a aldeia do Silveira ficou de fora do decreto presidencial que legitimou seis áreas indígenas, na semana passada, três na Capital e três no litoral paulista, onde os guarani vivem há mais de 500 anos. Guirá-Popó, o xamã, líder religioso com muita ascendência sobre a comunidade por causa da sua grande força espiritual, também não é muito chegado a conversas com estranhos: "Aqui é sempre desse jeito. Todo dia é igual, não tem um diferente do outro. Todo dia é dia de índio."

**Médicos e Escolas**  
Bem, mas agora que a terra está assegurada, o que falta cacique? As crianças estão por ali, todas com os olhos cheios de remela e os dentes estragados. "Médico e escola", responde, mas logo volta atrás: "Tenho medo que as crianças vão à escola e depois não se acostumem mais. Que nem os índios do Mato Grosso, do Amazonas e de todo lugar que até a língua perderam", justifica. Quanto ao médico... coça a cabeça. Como cacique ele é também o curandeiro, o "benzedor", como diz. Mas tem coisas para as quais ele não tem remédio. "Pegam doença de branco, difícil de tratar. Ai tem de ir até a cidade, Parelheiros."

O marido de Ara (Olga da Silva) não está em casa. Ele foi a Santo Amaro fazer compras: açúcar, café, arroz, sabão em pó. Como os outros, Venâncio e Olga vivem do que a terra produz, além da venda de algum artesanato no próprio bairro ou na praça da Sé. A casa deles é uma amostra desse mundo de contrastes: chão de terra batido porém coberto com um carpete que já aderiu ao barro, como se fosse um piso; paredes de madeira; vidro na janela. Dentro, duas poltronas, uma cama de ferro, um pequeno fogão a gás, bonecas de plástico, talheres de alumínio, bule de esmalte, canecas de louça, cesto de lixo de plástico, esponjas de Bombril. Lá fora, o feijão cozinha no fogo a lenha.

Na cerca de pau-a-pique cresce o bacará, usado para fazer chocalhos e cuias. E também o capia, espécie de capim que dá os frutinhas usados para fazer colares. Por todo lado "feijão do índio" (bem branquinho), "cana do índio" (mais fina), "milho do índio" que depois de seco é moído no pilão. Ali perto Kretu (Tereza da Silva), 19 anos, seios nus, amamenta seu bebê de oito meses, pendurado em um pano amarrado em seu pescoço.

Ara é do Paraná. Bem pequena foi para o Estado do Rio, onde se criou. Há dois anos está na aldeia de Barragem. "Agora em maio vou pra Ubatuba. Vou lá passar. Lá é bom, não é frio como aqui", conta feliz.

**Demarcação**  
O povo guarani adora viajar. Não significa que sejam nômades, apenas vêem o território como um todo, explica a advogada Carla Antunha Barbosa, defensora dos guaranis e que os conhece há cerca de oito anos. Seu território vem desde a Argentina, passa pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, até o Espírito Santo. "É muito difícil encontrar um índio guarani que não conheça as outras aldeias", observa a advogada.

No começo do trabalho de demarcação das terras indígenas — feito no governo passado pela Sudelpa, com a assessoria de entidades civis que há muito trabalhavam na área —, eles não tinham uma noção muito clara disso. Mas depois viram no mapa que existem trilhas, como uma linha reta, ligando uma aldeia à outra. A de Barragem, por exemplo, que fica no alto da Serra, liga-se à de Krokutu, mais para o interior da mata, onde se pode chegar a pé, por um caminho maravilhoso. Do mesmo modo há uma trilha ligando essa aldeia à do Rio Branco no Litoral.

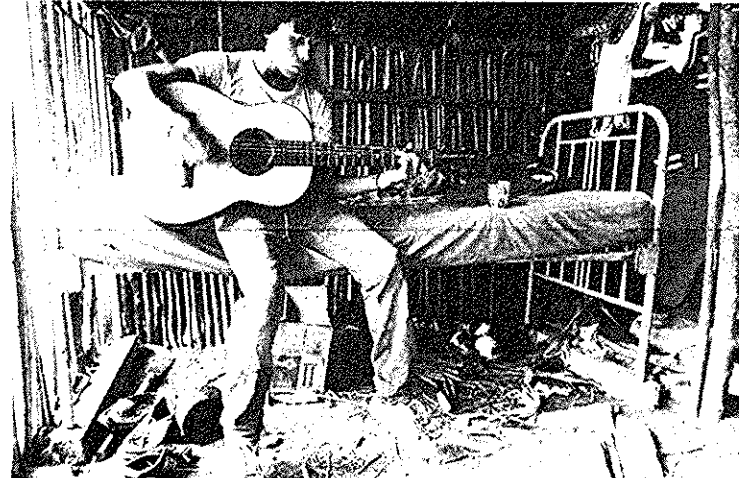
Dentro desse território, a área do rio Silveiras é essencial, pois tem uma boa reserva de matas onde os índios retiram o material usado para o artesanato. E justo essa área não foi homologada — lamenta Carla. Ela estudou Direito, mas decidiu que não iria exercer uma profissão "posta a serviço do mundo capitalista, ficar sentada em um escritório mexendo com papéis, servin-



Uma casa de sapé, na aldeia de Barragem: luta pelas tradições.

# Índios paulistanos. Agora, de casa própria.

As três reservas indígenas que existem na cidade de São Paulo agora estão oficializadas. Vamos ver como vivem os guaranis que habitam uma delas.



Timóteo: canções sertanejas.



Uma família guarani: roupas comuns, de "branco".



Tereza, 19 anos: "Vou para Ubatuba".



Meio-dia: almoço na casa do cacique.



Olga: vivendo da terra e de artesanato.

## Os caciques se reúnem e protestam: "Traição do homem branco".

A notícia lida pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, na semana passada, durante o programa radiofônico "A voz do Brasil", anunciando a homologação presidencial de várias aldeias guaranis — tanto na capital como no Litoral — onde vivem 500 índios, soou mais como uma traição. Reunidos neste final de semana na aldeia de Boa Vista, em Ubatuba, os caciques de toda a nação guarani começaram a decidir que medidas tomar contra o que consideram "uma grande falta de palavra do homem branco". Afinal, cerca de três semanas atrás, quando 18 lideranças guaranis do Estado de São Paulo e do Paraná, reunidas na Ação Guarani Indígena — Aguaiá —, estiveram com seu advogado em Brasília, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, e o próprio ministro do Interior promoveram "até o próximo 19 de abril a assinatura do decreto de homologação de todas as áreas guaranis no Estado de São Paulo pelo presidente Sarney". Ao ler a notícia congratulando-se com os índios, Costa Couto deixou de fora o aldeamento do Rio Silveiras, em São Sebastião. Para José Fernandes, cacique de toda a nação guarani, "nossos direitos não

podem ser reconhecidos pela metade, o aldeamento do rio Silveiras é muito importante para nós". É neste aldeamento, cuja área reivindicada pelos índios é de 390 alqueires, as comunidades guaranis conseguem material para seu artesanato e fazem a colheita de produtos agrícolas como mandioca, milho e feijão. São oito os aldeamentos guaranis em São Paulo: Morro da Saudade, Crucutu, M. Boi Mirim e Jaraguá, na Capital; Boa Vista em Ubatuba; Rio Silveiras em São Sebastião; Irariri em Itariri e Rio Branco em Itanhaém. Durante anos, a alegação da Funai para não atender aos indígenas na demarcação de suas terras foi sempre a mesma: falta de verbas. Atendendo a pressões dos índios e de entidades indígenas como a Comissão Pró-Índio e o CTI (Centro de Trabalho Indigenista), o governo Montoro firmou um convênio entre a Funai e a Sudelpa para a demarcação dessas áreas. Há um ano, o então governador anunciou a homologação dos aldeamentos guaranis a nível estadual, exceto o de M. Boi Mirim, cuja área era reivindicada pela Cúria de São Paulo.

A demarcação feita pela Sudelpa com colaboração da Cesp foi assumida pela própria Funai, e, em 10 de dezembro do ano passado, o grupo de trabalho interministerial constituído por Romero Jucá Filho, da Funai; Renato de Almeida Leoni, do Minter; André Villas-Boas, do Mirad; e o coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, do Conselho de Segurança Nacional considerou as áreas guaranis de São Paulo e especialmente a do Rio Silveiras, reivindicada por grupos empresariais paulistas, "de ocupação imemorial indígena".  
**Ocupação histórica**  
Apesar das conclusões do grupo de trabalho interministerial e da liminar judicial concedida aos guarani, o território do Rio Silveiras foi invadido no último carnaval por pessoas ligadas ao grupo Peralta, comerciantes na Baixada Santista que reivindicam a área. Mais de 30 lotes foram demarcados em área dos índios, muitos deles vendidos a militares, conforme demonstra o processo que corre na Justiça. O próprio ministro Costa Couto e o presidente da Funai reconheceram à reportagem do Jornal

da Tarde e O Estado de S. Paulo ter recebido o comerciante Armando Peralta na companhia do general Dilermando Monteiro, ex-chefe militar do II Exército, logo após a decisão do grupo de trabalho interministerial.  
Segundo Sinésio de Sá, advogado do grupo Peralta, a área do sertão do Rio Silveiras pertence por direito a seus clientes, que a compraram do espólio de Domênio Maricondi. Mas segundo parecer do perito judicial, o engenheiro e antropólogo Desidério Aytar, professor de Antropologia da PUC de São Paulo, "a ocupação dos guarani no Rio Silveiras se perde no tempo e na história do homem branco". A compra pelo grupo Peralta foi feita em 1981, data que coincide com a abertura da estrada Mogi-Bertioga no governo Maluf e com a aceleração da especulação imobiliária nesta faixa do Litoral Norte paulista.  
Segundo o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, "a simples existência de uma ação judicial que torne a área subjudice não implica a paralisação do decreto de homologação de uma área indi-

do a qualquer causa". Mas aí, em 79, conheceu os índios guarani. E nada foi como antes.  
— De repente descobri dentro de São Paulo um outro povo que falava outra língua, tinha uma enorme riqueza, outros valores, e vivia ali, lutando para preservar a sua cultura, uma coisa milenar teimando em resistir. Para mim era imprescindível que aquilo não fosse destruído de maneira alguma — lembra. Mal conheceu o cacique e ele, de pronto, sabendo-a advogada, começou a falar sobre o problema da terra, a insegurança, o medo. Carla decidiu que seria advogada deles. Na época já andava com Marco Antônio Barbosa, hoje seu marido, também advogado.  
No governo passado os dois foram contratados pela Sudelpa — Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — para fazer a demarcação das terras dos índios guarani. "Nós, nem o pessoal do Centro de Trabalho Indigenista, Comissão Pró-Índio de São Paulo e Conselho Indigenista Missionário, nunca moramos nas aldeias, nunca dissemos aos índios o que eles deviam plantar ou fazer, apenas oferecíamos nossos serviços profissionais e encaminhá-vamos suas reivindicações. Bem diferente do que faz a Funai."  
**Crianças**  
Todo guarani jovem, antes de formar família, viaja para visitar parentes, conhecer as aldeias, todas as moças disponíveis. Para eles, essa vida social é fundamental. Até o casamento se solidificar existe uma grande possibilidade de escolha. Mas depois a união é forte, uma coisa muito importante na vida deles. Carla, que os conhece bem, diz que os guarani zelam muito pela sua cultura e tradições, têm enorme orgulho de seu passado e muito cuidado com as crianças que estão nascendo. "Tanto que um motivo para se abandonar uma aldeia pode ser a morte de criança."  
Morando tão perto sentem-se atraídos pelo centro urbano, mas conseguem circular por São Paulo, entender seus bairros, andar pela cidade sem se perder. "Não é porque transitam aqui muito bem que perdem as suas referências. Pelo contrário, quanto mais conhecem a vida urbana, mais seus valores se reforçam. Querem continuar sendo guarani. Por exemplo: usam um gravador para gravar suas rezas, seus cânticos. E um dos grandes prazeres deles é passar dias escutando tudo depois." (A propósito, o cacique Guirá-Popó queixou-se que no momento não há nenhum gravador na aldeia: "Tem só a fita".)  
— Gosto mesmo é de viver aqui — atesta Karai-Popyguamini (ou Isaac Ramos de Souza). Ele pega um graveto para mostrar no chão como se escreve seu nome. "Minha mão está suja", justifica. Mas logo concorda em escrever no papel. Aprendeu no posto indígena lá no Mato Grosso do Sul, onde nasceu. Com 19 anos, está na idade de visitar aldeias, conhecer moças, namorar. Isaac trabalha "com os brancos", ajuda a fazer mourão, cerca. Ganha Cz\$ 100 por dia.  
Isso de "trabalhar com os brancos" não é, contudo, muito comum. Segundo Carla Barbosa, eles vivem na capital como guarani. Não se integram ao mercado de trabalho. Vivem da terra. Plantam feijão, milho, mandioca, banana, batata-doce, cana, pequenas hortas. Comem o que colhem. E pescam, principalmente tilápia e carás, na represa Billings. Criam e comem galinhas. E de vez em quando um tatu, quando aparece. Aí, quem pegar é dono. Para o vizinho pode sobrar no máximo um tira-gosto, conta Isaac, com seu sorriso tímido, de olhos baixos.  
**Até meio-dia**  
Por volta das 4 da madrugada, antes mesmo de o sol nascer, toda a aldeia já está de pé, inclusive as crianças, muitas, boa parte da população de 160 pessoas. Tomam chá ou café com leite e pão. (Um fornecedor faz diariamente a entrega do pão e do leite.) Podem comer também uma espécie de bolo, feito com farinha de trigo e água, assado na brasa. E logo começa o trabalho na roça. Tudo, claro, com um ritmo próprio. Nada de muita pressa. Ao meio-dia em todos os quintais pode-se sentir o cheiro bom da comida cozinhando no fogo a lenha. Arroz, feijão, couve. O almoço vai sendo servido em pratos de plástico. Um velho índio usa uma cuiá.  
As famílias se colocam em volta do fogo — dentro ou fora das casas, no terreiro, numa esteira, de pé, de cócoras — para comer. Alguns reúnem-se sob árvores, onde há uma rede. Comem e passam o resto da tarde ali. A tarde escorre, morna. Os garotos maiores jogam bola de gude perto da casa do cacique, que fica no centro do terreno. Os menores ficam zanzando pelo mato. Rosa continua no tanque, peitos protegidos pelo sutiã.  
Corre uma brisa fresca por entre as quaresmeiras floridas de roxo e branco. O vento traz um som de cordas. Vamos atrás dele e encontramos Timóteo, 17 anos, tirando uns acordes do violão de Bastião, que saiu. Bastião treina todo dia e até já sabe tirar, de ouvido, algumas canções sertanejas. Há muita casca de milho espalhada pelo chão e uma criação de hamster embaixo da cama. Timóteo continua tentando. Ele também quer aprender a tocar moda de viola.  
Pouco antes das 6, quando o sol começa a se pôr, toda a aldeia desce para uma casa maior, de paredes de taipa, e ali se reúne para rezar. Sentam-se em bancos compridos, em volta de uma armação de paus, como um altar. Um tronco de árvore sem o miolo é a pia batismal. Fumam cachimbo, cantam, o cacique fala sobre os acontecimentos do dia, dá conselhos, faz curas. As mulheres batem o taquí no chão, em um ritmo cadenciado e crescente até chegar a um clímax. "Rezamos para ter força, senão não se vai para a frente", resume Guirá-Popó, o "paizão".  
**Rosa Bastos**